

Educação: JORNAL DO BRASIL ano zero

José Carlos Azevedo

Há mais de um ano, o *JORNAL DO BRASIL* comentou o até então desconhecido estudo do IPEA sobre a educação brasileira no ano de 1968 (*Relatório anual de acompanhamento, área da educação*, maio de 87, 105 págs.), o que induziu várias tiragens desse trabalho, uma CPI no Congresso, exacerbadas discussões entre o MEC e a Seplan e o retorno de todos ao tranqüilo seio de Abraão.

Há um mês, aquele mesmo órgão da presidência da República divulgou o relatório referente ao ano de 1987 (*Educação e Cultura, 1987, situação e política governamentais*, set. 88, 320 págs.) com diversas estatísticas e considerações sobre educação e cultura; é o mais importante documento à disposição dos estudiosos e dos que procuram conhecer as razões dessa tão deprimente situação educacional que, no passado, retardou nosso ingresso na era industrial e nos impõe agora dificuldades crescentes, políticas, econômicas e sociais.

Espanta comprovar no relatório que, excetuado o NE onde os índices são ainda piores, nas demais regiões brasileiras, a média de anos de estudo das pessoas com mais de 10 anos de idade varia muito pouco, entre 5,03 e 5,49 anos nas regiões urbanas e entre 2,49 e 1,74 ano nas rurais; no NE, esses números caem para assustadores 4,29 e 1,74 ano. Sendo a permanência diária de nossos alunos nas escolas algo da ordem de 3 horas, durante, no máximo, 180 dias por ano, conclui-se que, nos países avançados, os alunos estudam umas cinco vezes mais do que os nossos, cerca de seis horas por dia durante uns 220 dias. Também no *JORNAL DO BRASIL*, há uns 10 anos, foi dito que havia uns 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, fato prontamente desmentido pelo MEC mas logo incorporado, sem rebuços, à teratologia educacional brasileira; o relatório sugere que há ainda uns 5 milhões de crianças nessas condições.

O trabalho do IPEA revela que o número de analfabetos aumentou 160% entre 1920 e 1985; foi particularmente devido às altas taxas de crescimento demográfico que o percentual de analfabetos diminuiu, mas, em números absolutos, cresceu sempre e de 1950 para 1986 aumentou cerca de 2 milhões; aumentou até entre os maiores de 40 anos de idade e os votos são no sentido de que não mais ignorem que, num país como o nosso, e ressalvados esforços de curta duração, apenas o desenvolvimento econômico aliado à universalização do ensino de base é que elimina essa chaga social.

Entre 1970 e 1985, a matrícula no 1º grau aumentou 9 milhões, mas, em termos percentuais, ela cresceu mais no setor privado, 207%. Em 1985, apenas 27% das escolas de 1º grau estavam em bom estado; em 27% não havia água corrente; em 50% não havia banheiro no prédio e em 25% não havia banheiro qualquer. Do 2º grau nem se fale e o relatório confirma sua inexistência; metade de seus alunos frequenta cursos noturnos e, nacionalmente, só 10,5% dos estudantes pertencem a esse grau, cabendo ao 1º e ao 3º, respectivamente, 80,5% e 4,5% da população estudantil geral; ele deveria ter, pelo menos, o triplo dos estudantes e por isso perdeu sua função pedagógica ou de profissionalização, com prejuízo para a qualidade de todos os níveis de ensino, e se transformou em simples passarela para as universidades, pois o número dos que concluem 2º grau é apenas 28% superior ao de vagas no 3º grau.

O calcanhar-de-aquiles da educação brasileira, pelo empreguismo, o ensino de baixo nível, o grevismo e assembleísmo, o alto custo e o efeito multiplicador, é o ensino de 3º grau mantido pela União que só oferece 25,3% dos cursos, concentra 18,7% das conclusões, 22,9% dos alunos, 15,4% das vagas, 37,4% dos professores e 80% dos recursos da União destinados ao MEC; seus estudantes levam em média o dobro do tempo desejado para concluir os cursos e, para cada grupo de 6,3 e de 4,3 alunos, há um professor e um servidor técnico administrativo, equivalendo isso a dizer que há 10 servidores pagos pela União à disposição de cada 25 alunos, um absurdo até porque são os contribuintes que não podem colocar seus filhos nessas escolas, porque precisam trabalhar, que custeiam tais mazelas.

Curiosamente, foi no governo passado, que apresentou o melhor plano de metas para a educação, que o ensino atingiu seus piores níveis de desempenho, o que será considerado em outra ocasião; basta dizer que, no quinquênio 1975/80, as matrículas aumentaram de 18,3% na pré-escola, 2,94% no 1º grau, 7,81% no 2º e 5,13% no superior, mas no período citado elas caíram para 14,7%, 1,85%, 1,36% e 0,14% respectivamente. Foi também a partir do mesmo governo que a produção de livros do INL começou a diminuir e chegou em 1986 a 15% do publicado em 1980.

A nova Carta, diz o relatório, "traz algumas esperanças e muitas preocupações", e afirma também que "a sociedade e o governo não souberam ainda conciliar o ensino de massa com o ensino de elite"; é com o equacionamento dessa questão que se resolverão os impasses que há tantas décadas se arrastam. A reforma do fim dos anos 60 e início dos anos 70 foi importante na medida em que foi um esforço organizacional ao qual, certamente, deveriam ter seguido diversas medidas que propiciariam novas mudanças para melhorar a educação brasileira, mas infelizmente nada ocorreu. Pela sua abrangência, não há condições de comentar o relatório em um só artigo e, por isso, ele será objeto de novas considerações.